PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º , DE 2009

(Do Sr. Lincoln Portela)

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fixar em doze meses os prazos de afastamento e desincompatibilização nos casos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei Complementar nº 64, de 1990, para fixar em doze meses os prazos de afastamento e desincompatibilização nos casos que especifica.

Art. 2º A Lei Complementar nº 64, de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

II -

a) até doze meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:

.....

III -

b) até doze meses depois de afastados definitivamente de seus cargos ou funções:

.....

IV -

- a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de doze meses para a desincompatibilização;

.....

VII -

- a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, observado o prazo de doze meses para a desincompatibilização;
- b) em cada Município, os inelegíveis para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, observado o prazo de doze meses para a desincompatibilização.

.....(NR)''

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei complementar ora apresentado tem por finalidade alterar a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para fixar em doze meses os prazos de afastamento e desincompatibilização para Ministros de Estado, Secretários de Estado e Municipais, além de cargos de confiança referidos no citado diploma legal.

Os prazos de afastamento e desincompatibilização previstos na Lei de Inelegibilidades têm a duração de três a seis meses. Parece-nos que prazo tão curto não vem atendendo ao objetivo do Legislador de evitar a interferência indevida de agentes públicos nas campanhas eleitorais e nos resultados das eleições.

A iniciativa em tela está em harmonia com o princípio constitucional da proteção da normalidade e legitimidade das eleições contra o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta, conforme dispõe o art. 14, § 9º, da Lei Maior.

Pelas precedentes razões que demonstram a relevância do tema, conclamamos os nobres Congressistas para o aprimoramento e aprovação do projeto de lei complementar ora apresentado.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado LINCOLN PORTELA